



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO VALENTIM**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM-RS

APROVADO

Reunião: 25/02/2019

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 02/2019, DE 16 DE JANEIRO DE 2019.

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO VALENTIM-RS  
ENTRADA

Protocolo n. 009/2019 Data: 12/02/2019  
Hora: 12 h 35 min

ASSESSOR(A)

Reajusta o vencimento básico dos  
servidores do magistério municipal.

**CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA**, Prefeito Municipal de São Valentim,  
Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**Faz saber** que enviou à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores de São  
Valentim o seguinte projeto de Lei:

**Art. 1º** O vencimento básico do Magistério Municipal, regulamentado pela Lei  
Municipal 2.365/2010 e alterações, é reajustado em 4,17% (quatro vírgula dezessete por  
cento), sendo fixado em R\$ 1.278,87 (um mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta e sete  
centavos), para carga horária semanal de 20 horas.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus  
efeitos a contar de 01 de janeiro de 2019, para fins de pagamento dos valores definidos pela  
presente Lei.

**Art. 3º** As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação  
orçamentária própria, revogadas as disposições em contrário.

São Valentim, RS, 16 de janeiro de 2019.

**CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA**  
Prefeito Municipal





Estado do Rio Grande do Sul

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM

## JUSTIFICATIVA

Ao cumprimentarmos Vossas Excelências, justificamos o envio do presente Projeto de Lei, a fim de atualizar o vencimento básico dos servidores do magistério municipal de São Valentim/RS.

O percentual de reajuste, segundo critérios adotados pelo Ministério da Educação - MEC é de 4,17%, resultado da variação do valor mínimo nacional do aluno/ano do ensino fundamental do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) entre os anos de 2017 e 2018, conforme o Boletim Técnico nº 128/2018, em anexo.

Salienta-se que referido reajuste, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, caput, da Lei Federal nº 11.738/2008, deve ser assegurado aos membros do magistério desde janeiro de 2019.

Estas são as justificativas que nos levam a enviar o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Edis.

Atenciosamente.

**CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA**  
Prefeito Municipal

